CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 19/05/2022 - 05:56

Governo tem aval do TCU para privatizar Eletrobras

Governo corre para privatizar Eletrobras

Com sinal verde do TCU, União quer registrar capitalização na próxima semana e lançar venda de ações em junho

» MICHELLE PORTELA

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por sete votos contra um, ontem, a continuidade do processo de privatização da Eletrobras, estatal de energia elétrica que teve lucro de R$ 2,7 bilhões no primeiro trimestre de 2022. A aprovação permite que o governo lance edital para a venda de ações da companhia e pode resultar na primeira grande privatização do governo Jair Bolsonaro (PL), uma das suas principais bandeiras de campanha. A operação, que diluirá o controle acionário da União na companhia, deve movimentar R$ 67 bilhões — dos quais R$ 25,3 bilhões entrariam diretamente no caixa do Tesouro.

Entre os membros do tribunal, apenas o ministro revisor, Vital do Rego, foi contrário à venda do controle da estatal de energia. Foi a segunda e última rodada de avaliação da privatização pelo TCU. Nessa etapa, os ministro avaliaram o modelo e o valor de venda de ações da companhia nas bolsas de valores, adotando as propostas do ministro Aroldo Cedraz, relator da matéria.

O modelo de capitalização prevê o lançamento de novas ações da estatal no mercado, com o governo abrindo mão do direito de subscrever novos papéis. Com isso, a União deve reduzir a participação na estatal de mais de 60% para algo em torno de 45%, perdendo o controle acionário da companhia. Com o aval do TCU, o governo pretende protocolar já na próxima semana a operação na Comissão de Valores Mobiliários e na Securities and Exchange Commision (SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos). A expectativa é de que a capitalização possa ser lançada ainda em junho.

Em nota, o Ministério de Minas e Energia (MME) comemorou a decisão do TCU: "Trata-se de um dia histórico para o Brasil", afirma a nota. Para o MME, "o processo foi extremamente escrutinado, culminando com a decisão mais fundamentada e ponderada entre os processos de privatização do país". Na avaliação do governo, a privatização é fundamental para alavancar novos investimentos no setor de energia elétrica.

Um dos principais momentos do debate de ontem foi a manifestação do voto contrário de Vital do Rêgo, que apontou vícios no processo de privatização e fez críticas ao cálculo dos valores envolvidos. Segundo ele, a companhia está sendo entregue ao setor privado a "preço de banana".

Antes mesmo do início do julgamento, Vital do Rêgo propôs adiar a decisão até que fosse concluída uma fiscalização do TCU sobre provisões existentes no balanço da Eletrobras. Conforme antecipou o **Correio**, a empresa provisionou R$ 33 bilhões para o eventual pagamento de dívidas cobradas na Justiça. Caso a empresa venha a ganhar as ações, esses recursos podem ficar com os novos acionistas, argumentou o ministro, entre outros pontos questionados.

Ações

Enquanto o debate ocorria no TCU, quatro novas ações judiciais contra a privatização da Eletrobras foram ajuizadas na Justiça Federal nos estados de Alagoas, Bahia e Paraíba e no Supremo Tribunal Federal (STF). As ações questionam questões relativas a impactos tarifários, transparência de informações e contratos de concessão. Mandado de segurança impetrado no STF por parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) argumenta que o Ministério de Minas e Energia não cumpriu devidamente determinações relativas à publicidade dos processos.

"O MME só publicou um resumo técnico, de uma página, sem dar informações que possam contribuir para a auditoria dos parâmetros de cálculos utilizados nos estudos sobre preços de venda, tarifas etc. Além disso, os estudos propriamente ditos foram entregues pelo MME ao Tribunal de Contas da União (TCU) em caráter sigiloso, não permitindo acesso a informações", afirmou a advogada Elisa Oliveira Alves, da Advocacia Garcez, responsável por uma das ações.

Carlos Silva/CB/D.A Press

Operação deve movimentar R$ 67 bilhões, dos quais R$ 25,3 bilhões entrariam diretamente no caixa do Tesouro Nacional

Câmara age para segurar tarifas

» RAPHAEL FELICE
» TAÍSA MEDEIROS

Em reunião com o ministro de Minas e Energia (MME), Adolfo Sachsida e integrantes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pressionou o governo para dar soluções e respostas, "em prazo bastante curto", sobre os aumentos na conta de luz dos brasileiros, que, em alguns estados, têm superado os 20%. A Câmara cogita aprovar um decreto legislativo para suspender os reajustes.

"O ministro Sachsida saiu daqui com a incumbência de se reunir com a Aneel e parlamentares para discutir uma saída equilibrada que possa diminuir esses repasses que, apesar de serem contratuais, podem ser minimizados", disse o presidente da Câmara, que compareceu ao encontro acompanhado de parlamentares que compõem a Comissão de Minas e Energia da Casa.

Após a reunião, os deputados federais Domingos Neto (PSD-CE), Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) e André Figueiredo (PDT-CE) afirmaram que Lira foi incisivo ao cobrar soluções. Caso até semana que vem o ministro Sachsida e a Aneel não tragam respostas, a Câmara deve votar o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustar os reajustes. "(Lira) foi muito enfático e deu um prazo inclusive ao ministro, de que, se não houver solução em curto espaço de tempo, o Congresso não ficará silente", disse Domingos Neto.

Em abril, dias após o presidente Jair Bolsonaro (PL) antecipar o fim da bandeira de escassez hídrica — que acrescentava às contas de luz R$ 14,20 a cada 100kWh consumidos — a Aneel aprovou aumento de tarifas no Ceará, na Bahia, no Rio Grande do Norte e em Sergipe, que totalizam 24,85%. Desde então, distribuidoras de outros estados também foram autorizadas a aplicar reajustes elevados.

Os aumentos polêmicos são relativos aos reajustes anuais dos contratos das distribuidoras, que têm sido feitos em percentuais elevados para cobrir os custos com a compra de energia produzida por usinas termelétricas durante a estiagem do ano passado. O argumento, no entanto, não convence os parlamentares.

"As pessoas de baixíssima renda estão sentindo o impacto deste aumento. Uma alegação que elas (concessionárias) colocam é que o consumidor de classe média teve a redução dos 25% com a queda da bandeira. Então ele não está sentindo tanto. É algo absolutamente absurdo a gente pensar que é um jogo quase de combinação de cartas marcadas", disse André Figueiredo.

Convite

A Comissão de Minas e Energia da Câmara aprovou convite ao ministro Adolfo Sachsida para que compareça à comissão e explique a defesa da privatização da Petrobras — proposta que tem feito desde que assumiu o cargo. Sachsida também deve responder questionamentos sobre os sucessivos aumentos dos combustíveis. Ele deve ser ouvido em 22 de junho.

Inicialmente, havia sido pedida pelo deputado Elias Vaz (PSB-GO) a convocação do ministro. No entanto, os parlamentares julgarem que Sachsida está disposto a comparecer à reunião, e mudaram a convocação para "convite".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Economia **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.